



DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Edição nº 4/2014 - São Paulo, quarta-feira, 07 de janeiro de 2015

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

PUBLICAÇÕES JUDICIAIS I – TRF

Subsecretaria da 11ª Turma

Expediente Processual 33331/2014

·APELAÇÃO CÍVEL Nº 0015988-41.2001.4.03.6100/SP

2001.61.00.015988-
2/SP

RELATORA : Desembargadora Federal CECILIA MELLO
 APELANTE : UNAFISCO REGIONAL DE SAO PAULO
 ADVOGADO : SP200073 ALAN APOLIDORIO
 APELADO(A) : SINDICATO NACIONAL DOS ANALISTAS TRIBUTARIOS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL SINDIRECEITA
 ADVOGADO : SP228903 MARIA CAROLINA LEONOR MASINI DOS SANTOS
 APELADO(A) : União Federal
 ADVOGADO : SP000019 TERCIO ISSAMI TOKANO e outro
 APELADO(A) : SINDICATO NACIONAL DOS TECNICOS DA RECEITA FEDERAL SINDTTEN
 ADVOGADO : SP123881B ADRIANA ARANTES STUDART CORREA e outro

DECISÃO

Trata-se de apelação interposta contra a sentença de fls. 542/546, proferida pelo Juízo da 1ª Vara Federal desta capital, que julgou improcedente o pedido, onde se busca a declaração de inconstitucionalidade e ilegalidade da subordinação dos auditores aos técnicos da Receita Federal do Brasil, restabelecendo-se a hierarquia vertical dos cargos envolvidos, em toda a sua extensão e nas localidades em que desempenham suas atribuições funcionais, bem como a condenação da União Federal a se abster de promover nomeações de cargos nestas circunstâncias e a revogar todas as atuais nomeações de chefia de técnicos da Receita Federal que impliquem na referida subordinação.

As razões acostadas às fls. 571/592 a UNAFISCO pleiteia a reforma da sentença. Alega, em síntese, que não pretendem impor óbice à nomeação dos técnicos da Receita Federal a cargos de chefia, desde que a ocupação não afronte os princípios da moralidade, da eficiência, da legalidade e da hierarquia, o que fatalmente ocorrerá na hipótese destes vierem a se sobrepor, hierarquicamente, aos ocupantes do cargo de auditor da Receita Federal. Aduz que não há óbice em se nomear os técnicos da Receita Federal para cargos de chefia dentro da Secretaria da Receita Federal, em setores onde não haja auditores fiscais, pois assim ocorrendo, não haveria violação aos princípios supracitados, sendo possível a ocupação dos funcionários em cargos de chefia.

Recebido o recurso, com contrarrazões, vieram os autos a esta E. Corte.

É o relatório.

DECIDO.

Relativamente à insurgência da UNAFISCO, seu inconformismo não procede.

A decisão do Magistrado sentenciante fundou-se no entendimento, dentre outros, de que não existe relação de subordinação entre auditores e técnicos da Receita Federal, de forma que os técnicos podem ser nomeados para cargo de chefia em função comissionada, sendo irrelevante o fato de estarem subordinados a este cargo de chefia os auditores fiscais.

Nesse ponto, com razão o Juízo de primeiro grau em sua fundamentação.

No âmbito da dinâmica ligada à estruturação de carreiras e cargos públicos, as atividades e os vencimentos decorrem da necessidade de adequação conforme as peculiaridades de cada cargo ou atividade. Nesta hipótese, os destinatários de uma categoria determinada de servidores podem se relacionar ou se vincular a categoria diversa dentro do mesmo sistema de hierarquização da atividade para a qual ambos foram designados.

Na lição de Celso Antônio Bandeira de Mello, "hierarquia pode ser definida como o vínculo de autoridade que une órgão e agentes, através de escalões sucessivos, numa relação de autoridade, de superior a inferior, de hierarca a subalterno. Os poderes do hierarca confere-lhe uma contínua e permanente autoridade sobre toda a atividade administrativa dos subordinados." (**Curso de Direito Administrativo, 28 ed., 2011, Malheiros, p. 154/155**)

Para Hely Lopes Meirelles Hierarquia "é a relação de subordinação existente entre os vários órgãos e agentes do Executivo, com a distribuição de funções e a gradação da autoridade de cada um. Dessa conceituação resulta que não há hierarquia no Judiciário e no Legislativo, nas funções próprias, pois ela é privativa da função executiva, como elemento típico da organização e ordenação dos serviços administrativos." (**Curso de Direito Administrativo, 29 ed., 2003, Malheiros, p. 117**)

Vê-se, da lição dos eminentes doutrinadores, que o princípio da hierarquia no serviço público impõe a observância da subordinação tão-somente em relação à descentralização das funções exercidas. Desse modo, não há porque se falar em subordinação entre servidores detentores de cargos técnicos e aqueles com função auxiliar ou de menor complexidade, vez que, como vimos, a hierarquia é em relação à função administrativa.

O que ocorre, no caso em apreciação, é que os auditores fiscais da Receita Federal não querem subordinar-se aos técnicos da Receita Federal, ainda que se trate de cargos de chefia. No entanto, independentemente do cargo efetivo ocupado, os cargos de chefia ou em comissão na Administração Pública são de livre nomeação e exoneração, cujo exercício não pode ser controlado

pelo Poder Judiciário.

Nesse mesmo sentido são os julgados que trago à colação:

"CIVIL. IMPROBIDADE. LEI 8429/92. LEI 8.112/90. CARGO EM COMISSÃO. GERÊNCIA GERAL DA ANVISA. COMPANHEIROS. NEPOTISMO CONFIGURADO.

1. Não é inepta a petição inicial que contém a narrativa dos fatos configuradores, em tese, da improbidade administrativa, hábil para propiciar o pleno exercício do contraditório e do direito de defesa.

2. Os cargos em comissão dispostos na Administração Pública são de livre nomeação, pautados pela confiança. O art. 117, inciso VIII, da Lei n.º 8.112/90 (diploma legal aplicado aos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, ocupantes de cargo público de caráter efetivo ou em comissão) dispõe que é vedado ao servidor "manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil".

3. Ainda que não haja lesão ao erário, já que as quantias recebidas foram a contraprestação do serviço prestado, tal constatação é irrelevante, pois que a acusada obteve acesso a cargo comissionado em razão da influência direta de seu companheiro, que era responsável pela seleção, o que afronta os princípios da moralidade e da finalidade.

4. Apelação parcialmente provida."

(TRF/1 - AC 210583520074013400 - DJF1 12/04/2013 - REL. DES. FED. TOURINHO NETO)

"PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO INTERNO - EMBARGOS À EXECUÇÃO - CRA - CARGO EM COMISSÃO.

I - As Chefias dos Serviços de Recursos Humanos, Administração de Materiais e Transporte são cargos de provimento em comissão que, de acordo com o disposto no art. 37, II, da CRFB/88, são de livre nomeação e exoneração.

II - O Decreto nº 66.624/70, que criou a Fundação Instituto Oswaldo Cruz, bem como o Decreto nº 4.725/03, que aprovou o Estatuto e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas da FIOCRUZ, não prevêem a obrigatoriedade de que tais cargos sejam ocupados por profissionais registrados. Desta forma, não pode o Conselho Regional de Administração criar obrigação não prevista no ordenamento jurídico vigente.

III - Decisão Agravada mantida.

IV - Agravo Interno improvido."

(TRF/2 - AGTAC 373469 - 08/09/2008 - REL. DES. FED. REIS FRIEDE - SÉTIMA TURMA ESPECIALIZADA)

"1. A apelante asseverou que houve matéria incontroversa no que diz respeito ao exercício do cargo em comissão após a reestruturação organizacional do INPE, ocorrida com a edição da Resolução nº RE/DGE-184, em 15 de maio de 1990, extinguindo o cargo comissionado anteriormente ocupado. Entretanto, tal matéria foi impugnada pela União em sua contestação de fls. 64/117, inexistindo nesse caso a alegada matéria incontroversa.

2. Conforme a prova produzida nos presente feito, a autora não comprovou o que afirmou na inicial, ou seja, que exerceu um cargo em comissão após efetivada a reestruturação do órgão no qual trabalhava

3. A União Federal atuou dentro dos limites legais, sendo que o exercício do cargo de chefia não confere à autora o direito ao recebimento da gratificação pretendida, considerando-se que para o exercício de cargo em comissão ou de função gratificada é exigência legal o ato de nomeação emanado por autoridade competente para tanto. 4. O cargo em comissão é aquele que só admite provimento em caráter provisório. A instituição de tais cargos é permanente, mas seu desempenho é sempre precário, pois quem os exerce não adquire direito à continuidade na função.

5. Os cargos em comissão são de livre provimento e livre exoneração, não sendo necessário para seu exercício concurso público. Os ocupantes desses cargos não estão destinados a permanecer nestes, para sempre, mas, sim, a ficar enquanto perdurar o regime de estrita confiança.

6. Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia.

7. Apelação improvida."

(TRF/2 - AC 926474 - 04/07/2011 - REL. JUIZ FED. CONV. HERALDO VITTA - TURMA B)

Por conseguinte, é de ser mantida a r. sentença que julgou improcedente o pedido da UNAFISCO.

Com fundamento no artigo 557 do CPC, nego seguimento ao recurso. Cumpridas as formalidades legais, remetam-se os autos ao Juízo de origem.

P.I.C.

São Paulo, 16 de dezembro de 2014.

CECILIA MELLO

Desembargadora Federal